

APRESENTAÇÃO

O uno e o diverso nas tramas da Educação Popular

Tiago Zanquêta de Souza*
Gercina Santana Novais**

É com imensa alegria que apresentamos ao/à leitor/a o Dossiê intitulado “O uno e o diverso nas tramas da Educação Popular”. Tal dossiê tem seu nascedouro no desejo por uma educação emancipatória, compartilhado por professores/as do Mestrado Profissional em Educação: formação docente para a Educação Básica, da Universidade de Uberaba, em Uberlândia/MG, que também constituem o grupo de pesquisa em Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas (FORDAPP-CNPq), e pelos editores da *Cadernos Cimeac*. O conjunto de artigos e entrevistas que o compõe tem a finalidade de fomentar o registro e a análise de histórias de Educação Popular, das narrativas e proposições de educação que revelam propósitos transformadores da realidade vigente, opondo-se no campo teórico e prático aos fundamentos da educação desumanizadora, questionando o projeto educacional hegemônico e demonstrando o potencial da Educação Popular como movimento permanente de construção do projeto educacional contra hegemônico.

Convém destacar ao/à leitor/a, que em uma sociedade que se quer igualitária e orientada por justiça e fraternidade, a diferença cultural é desejável, fruto da pluralidade que corresponde à presença de diversas regiões, variados

* Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UNIUBE-Uberaba) e professor do Programa de Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica (PPGEB-UNIUBE-Uberlândia). Líder do Grupo de Estudos Educação na Diversidade para a Cidadania (GEEDiCi), vinculado ao PPGE/Uniube-Uberaba. Segundo líder do Grupo de Pesquisa em Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas (FORDAPP), vinculado ao PPGEB/UNIUBE-Uberlândia. Membro do Grupo de Pesquisa em Práticas Sociais e Processos Educativos (PSPE), vinculado ao PPGE/UFSCar. Membro da REDECENTRO - Rede de pesquisadores sobre professores(as) da Região Centro-Oeste/Brasil. Contato: tiago.zanqueta@uniube.br

** Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Diretora da extensão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no período de 2001 a 2008. Secretária de Educação do Município de Uberlândia (2013-2016). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU (até 2017). Professora do Programa de Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica (PPGEB-UNIUBE-Uberlândia). Líder do Grupo de Pesquisa em Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas (FORDAPP), vinculado ao PPGEB/UNIUBE-Uberlândia. Contato: gercinanovais@yahoo.com.br

estilos e modos de produção da vida, diversos grupos étnico-raciais, diferentes identidades de gênero e orientação sexual. É em nome dessa diversidade que defendemos a interculturalidade, como unidade, desde a América Latina, de modo a legitimar o direito a que todos e todas mantenham a plenitude de suas próprias experiências culturais, em todos os seus projetos e planos, da religião à língua, o que desautoriza qualquer tipo de prática cultural homogeneizadora.

A interculturalidade rompe com uma visão essencialista das identidades culturais e das culturas, as concebendo em permanente processo de construção, des-estabilização e re-construção. Nessa direção, a descolonização da educação e da escola é imprescindível para que seja possível a concretização da interculturalidade, que critique a visão de mundo colonizadora, eurocêntrica, que vincule o trabalho pedagógico à diversidade presente no contexto escolar, que reconhece e valoriza os sujeitos socioculturais e historicamente silenciados, invisibilizados e negados, que prime pela superação das desigualdades e injustiças sociais e que busque o aprofundamento da democracia e a descolonização do saber, do ser e do poder.

Nessa perspectiva, informamos que o conjunto de artigos e entrevistas que compõe esta publicação contempla três eixos temáticos, articulados, oferecendo ao/à leitor/a possibilidade de revisitar conceitos, princípios e diretrizes da Educação Popular, escolhas epistemológicas e experiências que auxiliam na problematização do projeto educacional hegemônico e na construção coletiva de outra educação. Dessa forma, as reflexões sobre o potencial da Educação Popular, movimento permanente de diálogos sem hierarquização de saberes e dos modos de conhecer, inventada e reinventada na relação com os movimentos sociais, são orientadas pelos eixos temáticos:

- 1) Reflexão sobre o conceito de Educação Popular e suas potencialidades.
- 2) Os aspectos teórico-metodológicos da Educação Popular e suas implicações em diferentes contextos escolares e não escolares.
- 3) Experiências em trabalhos, ações, pesquisas e projetos, acadêmicos ou comunitários, no campo da Educação Popular.

É importante salientarmos que o convite feito para professores/as pesquisadores/as tecerem e disponibilizarem textos contendo reflexões teóricas e práticas, vinculadas ao campo da Educação Popular, marcadas pela valorização da singularidade dos processos de construção de saberes plurais e por vínculos com os movimentos sociais, se deu antes da pandemia de Covid-19 que escancarou a crise humanitária vigente.

A análise do contexto da produção dos referidos textos, abalizado pela luta contra a desigualdade social, pela negação da homogeneização das ações formativas - educativas e modos de pensar a educação como mercadoria, já evidenciava efeitos do sistema, como a construção de um monopólio de saberes, a legitimação da ausência do direito à educação de qualidade social e aos alimentos, a escolha das vidas que valem, dentre outras exclusões. Mas, no momento da publicação dos textos, é nítido o aprofundamento das desigualdades sociais. O que tem prevalecido é a ausência do Estado na garantia da vida, o aumento do desemprego sem garantia de renda mínima, a ênfase na concepção de educação bancária, expressa, a título de ilustração, na maioria das videoaulas, e o fortalecimento da invisibilidade e descarte daqueles e daquelas que não têm acesso à rede de Internet, à alimentação, à assistência à saúde, etc. O Estado Brasileiro vem reafirmando as políticas públicas de controle dos currículos escolares e optando por defender os interesses do mercado em detrimento da defesa da vida da maioria da população brasileira.

Paulo Freire, no seu livro *Pedagogia do Oprimido* concebe a educação como possibilidade de humanização, mas, também, denuncia a educação que desumaniza. Assim, cresce em importância a publicação do referido dossiê como expressão de resistência à destruição de direitos humanos e proposição de práxis transformadoras.

O texto, “Unidade na diversidade: entre utopias e concretudes em pesquisas desde a Educação Popular”, elaborado pelas professoras Valéria Oliveira de Vasconcelos e Fabiana Rodrigues Sousa de Santi, nos convida à reflexão sobre o potencial da unidade na diversidade para opor-se à hierarquização das culturas e o papel da esperança no processo de construção de nova ética de con-vivência e co-existência entre os diferentes, recorrendo às elaborações do campo da Educação Popular, à apresentação e discussão dos

resultados de pesquisas, que oferecem contribuições para a construção de teorias, vinculadas ao fomento de processos emancipatórios.

Telmo Adams e Luciane Rocha Ferreira Pielke, autor e autora do texto “Paulo Freire e a Educação Popular: elementos de (des)colonialidade na experiência do CFES/Sul”, apontam para a necessidade de teorizar sobre aspectos teórico-metodológicos da Educação Popular e percorrem essa trajetória analítica evidenciando as confluências entre a Educação Popular e o pensamento pedagógico (des)colonial. Levam o/a leitor/a a refletir sobre o desafio e a pertinência de incluir a pedagogia (des)colonial nos espaços de Educação Popular.

O texto, intitulado “Em terreno movediço: entre a cultura e a instituição da educação popular” de Diógenes Valdanha Neto oferece contribuições significativas para a reflexão sobre Educação Popular, possibilidades e limitações de sua institucionalização. Demonstra a centralidade do conceito antropológico de cultura para a construção da Educação Popular.

José Henrique Singolano Néspoli, por meio do texto “Educação popular e emancipação: a pedagogia do oprimido como projeto contra hegemônico das classes subalternas”, brinda o/a leitor/a com contribuições valiosas para a reflexão sobre Educação Popular e emancipação, retomando e examinando a referida temática na Pedagogia do Oprimido, elaborada por Paulo Freire. Nesse processo, são expostos argumentos que podem ancorar a afirmativa de que a Pedagogia do Oprimido é uma obra coletiva, forjada na relação com as lutas das classes subalternas por transformação da realidade opressora.

Adelino José de Carvalho Dias, por meio das discussões apresentadas no texto “Processos de formação humana e desafios à Educação Popular no Brasil”, contribui para o debate sobre as dificuldades para o desenvolvimento da educação coletiva e emancipadora no Brasil, em decorrência do projeto hegemônico, marcado pela responsabilização individual pela formação e por estabelecer condições dignas de vida.

Por meio do texto “Os aspectos teórico-metodológicos da Educação Popular e suas implicações em diferentes contextos escolares e não escolares”, Pedro José Santos Carneiro Cruz e Volmir Bruschter nos convidam à reflexão em torno da importância da participação social na Atenção Primária à Saúde

(APS), na perspectiva da Educação Popular. Os autores revelam as tensões e conflitos existentes nos terrenos do Sistema Único de Saúde (SUS) no país e apontam para o diálogo fraterno e a solidariedade como práticas educativas, cuja finalidade é a superação da realidade opressora e excludente, de modo a qualificar a APS como alternativa viável frente a outros modelos de atenção e cuidado.

Fabíola Dutra Amaral, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, Rafael Vidal Tavares e Elóy Alves Filho por meio do texto “Da avaliação educacional à educação popular: uma análise a partir da perspectiva de Paulo Freire” nos brindam com a necessária discussão sobre a avaliação escolar, na perspectiva freiriana, ou seja, enraizada nos pressupostos da Educação Popular. Os autores e autoras fazem a defesa legítima da democratização do aprendizado nos meandros escolares por meio da adoção de práticas avaliativas que permitam melhorar a qualidade da educação brasileira, segundo os pressupostos da inclusão e da equidade.

A discussão de Selva Guimarães e Lara Vieira Guimarães em seu texto “A Educação dos Jovens e Adultos no programa ‘Projovem’: notas sobre as repercussões de uma política pública para a juventude” nos remete à profunda reflexão crítica sobre as dimensões do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, desenvolvido no país nos anos 2000. As autoras nos presenteiam com um trabalho cuja análise está centrada nos desdobramentos de uma política pública em educação que se dedica ao atendimento de considerável parcela populacional brasileira, historicamente colocada às margens do que preconiza a legislação vigente, especialmente quanto à educação como um direito fundamental.

O texto de Maria Tereza Goudard Tavares e Adrielle Lisboa, intitulado “A experiência do pré-vestibular Popular Pedro Pomar: uma luta por educação popular e formação política em periferias urbanas” é um rico convite à reflexão acerca do movimento em defesa de uma educação que garanta a (re)produção da vida das classes populares, em especial a questão de sua escolarização, empreendido por um grupo de mulheres negras que integram um coletivo estudantil do Pré-Vestibular Popular Pedro Pomar, na cidade de Niterói-RJ. Por meio da pesquisa etnográfica e participativa, as autoras suscitam a práxis

coletiva sobre os processos inerentes à produção do conhecimento, vinculados aos pressupostos da emancipação.

Benerval Pinheiro Santos, em seu texto “Denúncias, anúncios, lamentos e lutas: a questão indígena em foco”, que fecha este dossiê, vem problematizando as consequências das ações autoritárias do governo federal, desde 2016, especialmente direcionadas à população indígena no Brasil e, para além disso, aponta possibilidades de resistência à destituição de direitos que limitam a vida destes povos originários. O autor nos brinda com a sistematização de duas de suas experiências: a primeira, está atrelada à formação inicial de professores indígenas e, a segunda, à formação continuada, no âmbito da educação escolar. A leitura do texto nos leva ao deleite quando em contato com os materiais que resultaram das experiências apresentadas.

Caro/a leitor/a, cabe-nos convidá-lo/a, também, a apreciar a entrevista do professor Leôncio José Gomes Soares, que abrilhanta este dossiê ao trazer sua experiência com a Educação de Jovens e Adultos vinculada aos ideais da Educação Popular. Para ele, o campo da EJA é fértil e desafiador, o que estimula à busca por ações que visem à transformação da realidade que ora coloca jovens, adultos e idosos às margens no tocante às políticas públicas educacionais brasileiras.

E, como a nos presentear, o professor Danilo Romeu Streck, em sua entrevista “Educação Popular e Pedagogia Decolonial” coloca-nos a pensar o contexto da América Latina, especialmente no Brasil, em tempos de tentativas de destruição da democracia e da escola pública para todos e todas. Danilo Streck nos traz o legado histórico de homens e mulheres que pensaram a produção do conhecimento desde o Sul e para o Sul. Apresenta-nos, ainda, sua visão sobre as contribuições da pesquisa-ação e da pesquisa participante para a pesquisa em educação. Segundo o professor, os trabalhos de Paulo Freire constituem um legado indelével, o que deu fruto a uma arqueologia bibliográfica. E, concluindo, nos anuncia o *quefazer*, em educação, desde a América Latina, especialmente desde o Brasil.

Assim, é fundamental denunciarmos o projeto educativo colonizador espalhado pelo mundo, especialmente em nosso país. Mas, também, continuarmos anunciando a necessidade de outro projeto educativo que vem

sendo constituído a partir dos movimentos da Educação Popular. Esse projeto é orientado pela solidariedade, amorosidade, recusa do individualismo, da violência, da desumanização, do autoritarismo, da exploração de pessoas, da priorização dos interesses do mercado em detrimento das condições dignas de vida para a maioria da população. Nessa direção, destacamos a importância de a *Cadernos Cimeac* ter possibilitado um círculo de diálogo profícuo, solidário e comunicativo sobre “o uno e o diverso nas tramas da Educação Popular”.

Por fim, convidamos possíveis leitores/as, interessados/as em educação que humaniza, a continuarem desenvolvendo teorias e práticas de Educação Popular, alimentando o movimento potente de reflexão e ação que ela promove, vinculado aos interesses e demandas dos/as oprimidos/as, por meio de análise compromissada, indagações, diálogos e inclusão de novas temáticas e saberes plurais relativos à produção e valorização da existência e da experiência humana.

